



ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E POPULAR COMO POLITICA PÚBLICA
DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

FRANCISCA GRAZIELA FREITAS DE LIMA

PIQUET CARNEIRO – CE

2014.

FRANCISCA GRAZIELA FREITAS DE LIMA

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E POPULAR COMO POLITICA PÚBLICA DE GESTÃO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Monografia apresentada à Coordenação
do Curso de Especialização em Gestão
Pública da UNILAB como requisito para a
obtenção do título de especialista em
gestão Pública

Orientador: Prof

PIQUET CARNEIRO

2014

FRANCISCA GRAZIELA FREITAS DE LIMA

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E POPULAR COMO POLITICA PÚBLICA DE GESTÃO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública da UNILAB como requisito para a obtenção do título de especialista em gestão Pública

Francisca Graziela Freitas de Lima

Data da Aprovação _____ / _____ / _____ Nota _____

Prof Orientador

1º examinador

2º examinador

Coordenador do Curso

PIQUET CARNEIRO

2014.

Dedico

À minha família por tudo que fizeram por mim.

Aos amigos e amigas que me incentivaram

Agradeço

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas

explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. (SOUZA, 2006, p.25).

RESUMO

O crescimento econômico contém aspectos que não são visíveis em virtude dos acontecimentos que o cerca. Todo o aparato tecnológico, o aparelho ideológico, os governantes e os intelectuais defensores do capitalismo procuram disseminar sua inexorabilidade e conquistas como sendo fruto dos ideais do homem. Esse sistema voltado para o consumo gerou ao mesmo tempo conforto material para alguns e desconforto para outros, tendo em vista que nem todos têm acesso ao dinheiro em quantidade suficiente para suprir suas necessidades. Isso representa as desigualdades sociais que num plano mais amplo são acrescidas de desmotivação por parte do indivíduo. Essa desigualdade deu origem a formação de identidades coletivas que implica em formar identidades e significa criar um espaço de luta por direitos que resulta na criação dessas identidades. Entretanto o trabalho continua sendo, de forma crescente uma fonte de preocupação e angústia mais de forma cada vez mais individualizada devido à fragmentação flexibilização e precariedade do emprego. À medida que se consolidou o regime democrático, processo no qual desempenhou papel decisivo, a sociedade civil revelou-se um amplo universo de instituições com os mais diversos conteúdos e essa revelação originou um novo tipo de economia: economia popular e solidária.

Palavras-chave: Sociedade. Trabalho. Economia. Solidária. Desigualdades.

ABSTRACT

Economic growth contains aspects that are not visible by the events around him. All the technological apparatus, the ideological apparatus, rulers and intellectuals defenders of capitalism seek to disseminate their relentlessness and achievements as a result of the ideal man. This system focused on consumption generated while for some material comfort and discomfort to others, considering that not everyone has access to enough money to meet their needs amount. This is the social inequalities that a broader plan are increased motivation on the part of the individual. Th

is inequality has led to the formation of collective identities which imply identities and form means creating a space of struggle for rights that results in the creation of these identities. Meanwhile work continues, increasingly a source of concern and anguish over increasingly individualized due to fragmentation flexibility and job insecurity. As they consolidated the democratic regime, a process in which played a decisive role, civil society proved a broad universe of institutions with the most diverse content and this revelation led to a new type of economy: popular and solidarity economy.

Keywords: Society. Work. Economy. Solidarity. Inequalities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 Trabalho	12
1.1. Sujeitos sociais como contribuinte para uma sociedade sustentável além do Estado e do trabalho.....	14
1.2. Sociedade civil, terceiro setor e capital social.....	13
2. Economia solidária: novo modo de produção de vida.....	16
3. Micro empresa : definição e características.....	19
3.1 Gerenciamento de pessoas em uma microempresa	23
3.2 A importância do microcrédito para o bom funcionamento de uma microempresa.....	21
3.2.1 Origem do microcrédito	21
3.2.2 Definição de microcrédito	22
3.2.3 O CrediAmigo no Brasil	23
4. Análise de dados	26
Considerações finais	31
Referências	32
Apêndice	34

INTRODUÇÃO

Os debates sobre os programas de transferência de renda, economia popular, economia solidária vivencia uma abrangência mais precisamente a partir da década de 1980, situando-se no âmbito das grandes transformações econômicas, sociais e no mundo do trabalho em decorrência de fatores como revolução tecnológica, expansão dos meios de comunicação, transformações no mundo capitalista.

O presente trabalho monográfico trata de uma pesquisa realizada sobre as políticas de transferência de renda e como essa influencia na vida do homem. Teve com objetivo conhecer os fundamentos da economia solidária e sua contribuição para uma sociedade de consumo sustentável.

Apresenta-se estruturado em quatro capítulos

O primeiro trata de concepções e definições de trabalho, retratando a seus aspectos gerais bem como o homem enquanto sujeito social pode contribuir para uma sociedade sustentável.

O segundo traz informações sobre a economia solidária que apresenta uma nova forma de trabalho e geração de renda originando um avanço no desenvolvimento de novas competências sócias, tecnológicas e comunicacional vital para a superação do desemprego e da exclusão econômica e social.

O terceiro aborda um dos tipos de transferência de renda: a microempresa, evidenciando a contribuição dessas para a economia brasileira, pois são responsáveis por colocar no mercado uma grande soma de bens e serviços gerando emprego e renda, desempenhando uma função muito parecida com as grandes empresas

O quarto retrata a pesquisa realizada para a existência desse trabalho que contou com a participação de vinte clientes do programa de microcrédito do município de Acopiara CE.

A metodologia utilizada foi através de questionários com perguntas semi

estruturadas objetivando deixar os entrevistados mais à vontade. Esse tipo de abordagem tem como base a qualidade do trabalho, sendo de pouca relevância o quantitativo em si.

Encerra com as considerações finais e a bibliografia utilizada para a confecção do trabalho.

1. TRABALHO

O mundo do trabalho é hoje um importante tema de debates e investimentos por parte dos governantes. Da economia a Psicologia, da Engenharia à Medicina, da terapia ocupacional ao Serviço Social, da Sociologia à Nutrição, enfim todas as áreas do conhecimento científico e humano que se preocupam com o tema trabalho. Isso porque se trata de um fenômeno que estrutura o próprio ser humano. Várias teorias e vertentes do pensamento humano convergem entre si, defendendo a concepção de que a humanidade surgiu com o trabalho.

Muitos estudos e pesquisas demonstram a relação entre a constituição do ser humano e o trabalho. A paleantropologia e a paleontologia são áreas dedicadas ao estudo do aparecimento da humanidade em nosso planeta.

Um dos mais importantes pesquisadores foi Donald Johanson que traça uma linha do tempo que demonstra como apareceu o *homo habilis* há aproximadamente 3 milhões de anos, representando o aparecimento do gênero *homo* e o caminho para o *Homo sapiens sapiens*, de 30 mil anos atrás.

Segundo Bock o que caracteriza o *homo habilis* “ é a capacidade de suprir suas necessidades com algo mais que o uso dos instintos naturais, através da instrumentalização rústica, porém intencionalmente”(BOCK: 2006, 245).

Dessa forma surge o trabalho que pode ser definido como “uma ação determinada e deliberada de transformação da natureza, utilizando instrumentos objetivando suprir as necessidades humanas” (BRASIL: 2009, p. 35).

Essa instrumentalização e manipulação de recursos da natureza permitiu ao homem desenvolver competências cada vez maiores, ampliando-as ao longo da história e das mudanças ocorridas em sociedade.

Dessa forma pode-se dizer que o trabalho e a capacidade que o homem tem de transformar a natureza em seu benefício se apoiam mutuamente e oportunizam o desenvolvimento global.

Assim “a intervenção deliberada no mundo ajuda a construir a consciência

humana a qual se supera qualitativamente, permitindo ao homem a aquisição de novas competências e uma nova compreensão do mundo no qual está inserido” (SENNET: 2004, p. 97)

Essa aquisição se aperfeiçoa a medida que o homem empreende novas ações que aumentarão a sua capacidade de intervenção no meio em que vive.

1.1 Sujeitos sociais como contribuinte para uma sociedade sustentável além do Estado e do trabalho.

As identidades coletivas nas sociedades modernas são recursos sociais, isto é, instrumentos através dos quais os indivíduos formam grupos estáveis atribuindo um sentido global a ação social e a partir do qual negociam sua posição dentro do próprio grupo ou sociedade.

A análise de novas identidades deve portanto

“incluir tanto os componentes mais profundos e inconscientes da formação de valores e crenças quanto as dimensões de manipulação estratégica da identidade coletiva e o poder do grupo, em articular pelos líderes para alcançar posições de mando e outras vantagens para si ou para o seu grupo. (SORJ:2006, p. 91)

No atual convívio social a formação de identidades coletivas implica em formar identidades e significa criar um espaço de luta por direitos que resulta na criação dessas identidades.

O surgimento de um novo sujeito social, o consumidor, em torno do qual se organiza boa parte do discurso dominante, empresarial, político e midiático faz com que haja um redesenho da economia.. A cultura de consumo é responsável pela orientação de boa parte da sociabilidade dos desejos e expectativas, em áreas em torno das quais se organizam as diversas tribos de consumidores.

Uma visão dos diversos tipos e consumidores é divulgada pelas diversas revistas especializadas, voltadas entre outras coisas para carros, cães, saúde, turismo, internet, etc, transformando o consumo em um dos componentes centrais

de identidades sociais, a partir de afinidades de ordem subjetiva e não mais de questões públicas.

No meio político por sua vez ganham cada vez mais espaço as questões relacionadas à intimidade e subjetividade. Aqui se conjugam vários processos, além da eclosão do consumismo, a transformação do lugar da mulher e das relações entre os sexos, a valorização da subjetividade, a individualização e sua contrapartida, uma crise permanente do ego num mundo em constante mudança e cheio de incertezas.

Assim “esses processos se transformam numa importante influência ou em substratos implícitos na formação de novos sujeitos sociais em outras áreas”. (MAGNOLI: 200, p. 91). Esses processos se manifestam na construção de novas identidades coletivas, mas que não tem como referência principal nem o trabalho nem tampouco o Estado.

Entretanto o trabalho continua sendo, de forma crescente uma fonte de preocupação e angústia mais de forma cada vez mais individualizada devido á fragmentação, flexibilização e precariedade do emprego.

O funcionamento último da economia moderna é o dinheiro. Esse na condição de poder social gera uma abstração social, pois encarna o trabalho que é considerado abstrato e em sua relação com o dinheiro esse é reduzido.

Isso origina o surgimento de novas identidades que possuem um forte componente de autoajuda, de fortalecimento da autoimagem e da capacidade individual de enfrentar o mundo.

1.2 Sociedade civil, terceiro setor e capital social.

Durante a luta contra a ditadura militar, a noção de sociedade civil, ocupou um lugar central nas ciências sociais. Mescla de conceitos normativos, explicativos, descritivo e ideológico a sociedade civil transformou-se ao longo do processo de democratização, apesar de suas múltiplas acepções e conotações, em uma ação

genérica sem maior rigor conceitual e foi sendo abandonada como conceito teórico.

Não, obviamente, que as realidades sociais a que o conceito se refere fossem irrelevantes ou que possamos prescindir dele em nível discursivo como referências a iniciativas de participação cidadã.

À medida que se consolidou o regime democrático, processo no qual desempenhou papel decisivo, a sociedade civil revelou-se um amplo universo de instituições com os mais diversos conteúdos. Assim são vários os processos que conspiram contra a solidez teórica do conceito da sociedade civil.

Um conceito que passou a ocupar parte do espaço criado pelo abandono da noção de sociedade civil e o do Terceiro Setor e ligado a ele, o de Organizações Não governamentais (ONGs).

A noção de ONGs foi originalmente criada segundo Fernandes pela ONU para situar instituições não governamentais. O conceito de Terceiro Setor refere-se a instituições privadas com fins públicos, cujo campo de atração estaria entre o estado e o mercado.

Para Ruth Cardoso, citada por Melo Neto (2001, p.8) o terceiro setor é “uma nova esfera pública, não necessariamente governamental, constituída de iniciativas privadas em benefício do interesse comum, compreendendo um conjunto de ações particulares com o foco no bem estar público”.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVO MODO DE PRODUÇÃO DE VIDA

Torna-se cada dia mais evidente que o nível de desemprego alcançado e sua duração, a insegurança das relações de trabalho e o crescimento da pobreza são as manifestações de que a crise não é apenas um problema de ajustamento econômico. Há que se reconhecer que sua causalidade está situada no acirramento das negatividades produzidas pelo desenvolvimento capitalista, notadamente nas últimas décadas do século XX.

Diante das evidências torna-se urgente o debate acerca de formas de sociabilidade fora da lógica capitalista. Evidente que o debate precisa ser qualificado a partir de uma perspectiva da busca da autonomia e de liberdade indispensáveis ao exercício da condição humana.

É, pois somente nesses termos que podem ser criadas as condições necessárias para a descoberta e a implementação de atividades que estimulem o surgimento de uma lógica diversa daquela do capital e da economia estatal.

A discussão da economia popular e solidária está relacionada ao desenvolvimento do trabalho humano e às condições de produção comunitária solidária de bens e serviços por grupos, de trabalhadores organizados em cooperação produtiva e convivendo em proximidade e mutualidade dentro do que é considerado como imaginação produtiva

A expressão economia popular e solidária no sentido popular refere-se “ao resultado das lutas históricas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, dentro da evolução da participação dos segmentos historicamente excluídos em termos de democracia direta” (FARIAS:2005, p. 63).

No sentido solidária refere-se “ao que se desenvolveu no sentido de competência comunitária enquanto ação prática de vida coletiva, pensada e operada em empreendimentos econômicos comunitários solidários” (IDEM: 2005, p. 63)

Ressalta-se ainda as condições históricas do trabalho humano que tem como foco o desemprego que levou um grande número da população brasileira ao desemprego e originou o surgimento dessa economia que buscou viabilizar a

inserção desses grupos marginalizados no mercado trabalhista e comercial.

A falta de renda e de oportunidades no mercado trabalhista também explica a organização dos desempregados em grupos comunitários solidários de produção e consumo. Essa situação de desemprego segundo Faria

“foi agravada com a organização em escala mundial da produção de bens e serviços, ocorrendo simultaneamente à espacialização tecnológica e empresarial, atingindo com maior efeito os jovens, mulheres e trabalhadores com pouca educação formal para o mercado de trabalho” (FARIA: 2005, p.121)

Para os grupos que foram e são excluídos dos benefícios do crescimento econômico e desenvolvimento social observa-se que cada vez mais estão ocupando novos espaços sociais, formam grupos por afinidades.

Isso significa que a solidariedade que funciona em grupos que buscam através de movimentos solidários gerar renda e emprego geram também uma forma alternativa de resistência ao capitalismo que exclui uma grande camada da população brasileira que se organizam em grupos de trabalho de sobrevivência.

O surgimento de uma nova forma de trabalho e geração de renda originou um avanço no desenvolvimento de novas competências sociais, tecnológicas e comunicacional vital para a superação do desemprego e da exclusão econômica e social.

Percebe-se que já não mais existe, a não ser para dados estatísticos, a separação entre mão-de-obra qualificada para o mercado formal de trabalho e o trabalho sem qualificação para o mercado informal.

Atualmente o que se encontra é a convivência no mesmo espaço de empregos com melhores salários e qualificação e a produção de trabalho de sobrevivência comunitária solidária.

Tudo isso originou uma nova base social do mercado trabalhista. Ocorreu a transformação do velho trabalhador em um novo trabalhador; o primeiro alocado dentro de uma empresa executando um trabalho repetitivo; o segundo opera em um novo espaço de forma autônoma e com responsabilidade pessoal e coletiva, possuindo uma visão coletiva de mundo e de mercado.

Essa visão coletiva encontra-se pautada em uma transformação das formas de produção e de qualificação do trabalhador e que trouxe como consequência um novo pensar do jovem em planejar seu futuro profissional, pois ele passou a se preocupar com o apreender para empreender, o desenvolver da sua capacidade de apreensão.

Sobre isso reporta-se a Camargo que diz

apreender/apreender para empreender é o movimento estético-pedagógico diferenciado de fazer cultura-jovem ligada a produção dos sentidos do mundo, de jovens com capacidade de planejar seu negócio, em comunidades de proximidade e mutualidades” (CAMARGO: 2001, p. 38).

Aqui o jovem apresenta uma capacidade de promover sua auto-sustentação a partir de investimentos culturais, sociais e econômicos.

Como exemplo dessa política pública de solidariedade e de economia solidária cita-se o microcrédito que será abordado a seguir.

3 MICROEMPRESA: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Estabelecer o conceito de microempresa não se configura uma tarefa fácil, tendo em vista que se faz necessário considerar o grande número de variáveis bem como determinar parâmetros para se medir essas variáveis.

Para se estabelecer o tamanho de um negócio são variados os critérios, mas podem ser medidos de acordo com o número de empregados da empresa, a aquisição de produtos pelos clientes, seguro de força de trabalho e o volume de depósitos bancários.

Esses critérios se estendem pelos países da América Latina, Estados Unidos e Japão, sendo frequente a adoção de critérios diferentes de classificação em um mesmo país.

No Brasil, o critério estabelecido pelo Estatuto da Microempresa e da Empresa de pequeno porte está vinculado ao valor da receita bruta anual que segundo o SEBRAE deverá ser igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano (SEBRAE/SP, 2007).

Além do critério adotado pelo Estatuto, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE ainda utiliza o conceito de pessoas ocupadas, sendo, para o setor de serviços, esse número de até nove pessoas na microempresa (SEBRAE/RS, 2006).

É fato que no meio empresarial que as microempresas contribuem muito para a economia brasileira, pois são responsáveis por colocar no mercado uma grande soma de bens e serviços gerando emprego e renda, desempenhando uma função muito parecida com as grandes empresas.

As microempresas, entretanto, possuem algumas qualidades que as tornam mais do que versões em miniatura das grandes corporações. Segundo Kuhn e Pereira elas “oferecem contribuições excepcionais, na medida em que fornecem novos empregos, introduzem inovações, estimulam a competição, auxiliam as grandes empresas e produzem bens e serviços com eficiência” (2009, p. 3).

Entretanto mesmo as microempresas contribuindo largamente para o

crescimento da economia brasileira, ainda apresenta um sério problema na sua administração que é a gestão de pessoas.

3.1 Gerenciamento de pessoas em uma microempresa

A gestão de pessoas orienta o comportamento humano e as relações interpessoais, pois trabalha com foco nas pessoas e nos ambientes que sofrem constantes mudanças.

Essa gestão desenvolve um trabalho de equipe, pois “ lida com conflitos, capta talentos, trabalha com o fator motivacional, provocando a motivação nas pessoas, desenvolve e gerencia conhecimento, trabalha com rede de relacionamento. Está sempre reexaminando as competências, trabalhando como lideranças, gestão de risco, personalidade e ética profissional, criatividade e competências” (REGO:1986, p. 145).

Essas são algumas das funções que um microempresário deve desenvolver na gestão de pessoas, entretanto outras funções são solicitadas: a motivação, negociação e conflitos, liderança, gestão de competências

A liderança é a capacidade de influenciar e conduzir as pessoas para o alcance dos seus objetivos. Um empresário que quer se tornar um verdadeiro líder deve ter disciplina, humildade, respeito e compromisso para que possa junto a sua equipe encontrar seguidores. Segundo Welch “o líder tem que fazer com que seus liderados vivam e respirem a visão da empresa” (Terra: 2001, p. 23).

Os líderes infundem energia aos demais, unindo o conhecimento profundo do negocio e grande capacidade de convicção. Eles têm a capacidade de tomar em um momento decisões complexas, sabendo quando tem de deixar de valorizar e recorrer a uma difícil decisão, mesmo que não tenha toda a informação.

Na gestão de pessoas, o líder tem a capacidade de executar, ou seja, a capacidade de realizar trabalhos, sabendo levar seus liderados a uma conclusão, vencendo resistências, alcançando o objetivo em comum e transpondo obstáculos.

3.2. A importância do microcrédito para o bom funcionamento de uma microempresa

3.2.1 Origem do microcrédito

No início da década de 1970 os dirigentes da Multinacional Accion localizada nos estados Unidos perceberam que seus projetos não combatiam a causa principal da pobreza urbana nos países latino americanos que era a carência de oportunidades econômicas.

Milhares de pessoas estavam desempregadas e sem uma rede social de proteção, grande parte dessas pessoas não encontravam emprego bem remunerado como assalariado se ocupando por conta própria criando seu próprio negócio.

Entretanto não tinham condições de gerir seu próprio negócio recorrendo a empréstimos de terceiros com juros altíssimos, sendo quase todo o lucro obtido utilizado para quitar o empréstimo.

Mediante isso, não havia a geração nem o aumento da produtividade o que determinava que eles não teriam acesso ao sistema de financiamento oficial.

Em 1973, os voluntários da Accion iniciaram um programa dirigido aos empreendedores informais para que pudessem ter acesso a empréstimos e taxas bancárias e iniciar um processo de inclusão socioeconômica. O programa criou o termo microempresa e começou a conceder pequenos empréstimos.

A partir desses pequenos empréstimos foi inaugurado o microcrédito no Brasil e na América Latina através da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO)

Esses pequenos aportes de capital geraram nesses micro negócios altíssima produtividade do investimento, significando que economicamente é um excelente uso de capital.

3.2.2. Definição de microcrédito

O significado da palavra microcrédito vai muito além do empréstimo de dinheiro ou um valor que é colocado a disposição ou confiado a alguém para utilização e que depois será restituído.

Para se definir microcrédito é preciso levar em conta a forma como esse tipo de crédito é constituído, e concedido e é restituído, a finalidade desse credito e o público a quem se destina.

O microcrédito é "uma tecnologia de crédito não convencional que permite aos emprestadores conceder crédito a empreendedores que vivem em situações de escassez e que dependem fortemente das receitas geradas de seu negocio para sobreviver" (Barbosa: 2002, p. 178).

Em termos de definição Herman diz que existem dois tipos, o modelo original e o modelo empresarial. Sendo o primeiro definido como iniciativa de combate a pobreza possibilitando a geração de emprego e renda para os mais desfavorecidos e p segundo o modelo empresarial muito presente no Brasil que é utilizado como mecanismo de expansão dos pequenos empreendedores objetivando a melhoria da qualidade de vida e a geração de emprego e renda.

O modelo empresarial reflete muito mais uma politica passiva de investimento para os que já tem seu próprio negócio do que uma ação proativa no combate a exclusão social.

O microcrédito é concedido de forma adequada e sustentável utilizando procedimentos simples, de fácil acesso, com prazos curtos, valores pequenos e compatíveis com a capacidade de pagamento do cliente.

Dessa forma, o crédito cedido a esse público deve corresponder a hora que ele mais precisa para atender uma demanda, produzir e gerar renda.

3.2.3 O CrediAmigo no Brasil

O CrediAmigo é um Programa de Microcrédito que permite de fácil acessibilidade de maneira rápida e menos burocratizada a grupos solidários ou crédito individual. Faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre.

Consiste na obtenção voluntária de crédito através da união voluntária e espontânea de pessoas que assumem o compromisso do pagamento. O Banco do Nordeste diz que “A metodologia do aval solidário consolidou o CrediAmigo como o maior programa de microcrédito do país, possibilitando o acesso ao crédito a empreendedores que não tinham acesso ao sistema financeiro.

Desde sua criação em 1996 até o presente momento, o CrediAmigo viveu quatro ciclos operacionais. O primeiro encerrou-se em 1999 onde foi desenhado como e o que seria o projeto.

A segunda fase ou segundo período entre os anos de 2000 e 2002 foi marcado pelo redesenho do projeto. Nesse período o programa passou por uma avaliação onde erros e acertos foram avaliados.

Também ocorreu a grande expansão sustentada na preocupação com “a qualidade dos serviços que apresentavam certa deficiência junto ao público que atenderia” (SOUZA, 2010).

Até, 1994, a empresa de microcrédito no Brasil era praticamente inexistente. Apenas o Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor (CEAP) e o Banco da Mulher operavam nessa linha no país. As taxas altas inflacionárias, a tradição do crédito governamental dirigido e subsidiado, as diferentes modalidades de financiamento do crédito ao consumidor e o marco legal não favorável são apontadas por Albuquerque (2006) como as principais causas desse atraso.

No terceiro período é realizada a parceria do Banco do Nordeste com o Instituto Nordeste de Cidadania, instituição fundada pelo Banco do Nordeste responsável pela execução das ações do projeto.

As Organizações não governamentais atuavam a margem do sistema financeiro sem cobertura de qualquer institucionalidade jurídica, estando sujeita a Lei da Usura, que trata da cobrança ilegal de juros sobre o empréstimo de uma determinada quantia.

A partir da criação de um grupo de trabalho criado por iniciativa da Comunidade Solidária, oficializado pelo Conselho Monetário Nacional e coordenado pelo Ministério da Fazenda os aspectos legais do microcrédito começaram a ser discutidos e os modelos de institucionalidade jurídica que contemplassem as diversas iniciativas passaram a ser construídos dentro de um marco legal.

O custo do microcrédito é alto e dificulta muito a atuação das pequenas instituições das microfinanças. O custo fixo também tem um peso alto, principalmente no cumprimento das obrigações e trâmites legais.

Segundo o Banco Central “o marco legal das finanças deve estar voltado para a correção das imperfeições do mercado e que permitam a compensação dos altos custos financeiros que inda não possuem uma escala competitiva, entre outros fatores” (SOARES:2007, p.23).

O Governo Federal atual incentivou e ampliou o numero de agentes financeiros que atuam junto a população de baixa renda. Em 2003, foi criado o Banco Popular do Brasil para atuar como subsidiário do Banco do Brasil. A Caixa Econômica Federal criou seu Programa Microcrédito Caixa para atuar como primeiro piso em regime de mandato, ou seja, “a contratação de operações é realizada com o tomador final, por intermédio da parceria com as instituições e microfinanças” (BRASIL: 2003).

Por essa época também apoiou o AgroAmigo que é o programa de microcrédito do Banco do Nordeste destinado a pessoas do campo utilizando-se da metodologia do microcrédito urbano devidamente adaptado às condições do campo.

Em 2004 o governo através do Ministério do Trabalho e Emprego institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) objetivando motivar a geração de renda e produtividade entre os microempreendedores populares.

Muitas são as iniciativas das Instituições governamentais e não governamentais na tentativa de melhorar a qualidade de vida do brasileiro através do financiamento de atividades produtivas de pequeno porte.

4. ANÁLISE DE DADOS

O CrediAmigo funciona desde 2004 em Acopiara e sua presença na cidade deve-se ao fato do município apresentar um bom crescimento econômico, entretanto apresenta déficit na oferta de trabalho sendo a procura maior que a oferta. Atende também as cidades vizinhas como Catarina, entre outras.

Mensalmente atende cerca de quinhentas pessoas novatas e sempre está recebendo clientes antigos para renovação do Crédito.

Conta com uma equipe de jovens escolhidos através de entrevistas e seleção de currículos os quais passam por um período de observação na execução as tarefas.

Justifica-se a escolha da empresa em questão por conta da mesma apresentar um serviço de qualidade e contribuir com eficácia para o crescimento econômico do município e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes;

A fim de subsidiar a presente pesquisa da situação da utilização do microcrédito no município de Acopiara Ce utilizou-se inicialmente de uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo.

Sobre pesquisa bibliográfica essa é considerada o passo inicial para a construção de uma investigação, pois após a escolha do tema se faz necessário fazer uma revisão bibliográfica sobre o assunto.

Segundo Lakatos e Marconi (1987),

“a pesquisa bibliográfica trata do levantamento, seleção e documentação de toda a bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o mesmo” (LAKATOS; MARCONI: 1987, P. 66).

Partindo do pensamento desses autores, o primeiro passo desse trabalho foi exatamente esse levantamento bibliográfico, a fim de fundamentar teoricamente as questões debatidas. Em seguida foi realizada a pesquisa de campo com os sujeitos eleitos para tal fim. Conforme Fonseca “ a pesquisa de campo se caracteriza

pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (2002, p. 12).

Para a coleta de dados e informações realizou-se uma entrevista realizada no mês de junho contendo 5 perguntas a 20 clientes do CrediAmigo. Para a tabulação dos resultados utilizou-se tabelas para uma melhor compreensão do exposto.

Após a realização da pesquisa foi possível traçar um perfil dos clientes do CrediAmigo em Acopiara. As perguntas relatam sobre o ramo de atividades, os motivos que os levaram a contrair o empréstimo, o tempo que está no negocio, como tomaram conhecimento da função CrediAmigo, entre outros pontos.

A primeira pergunta demonstra que 15 microempresários pertencem ao sexo feminino e 5 ao sexo masculino como demonstra a tabela abaixo

Tabela 1 – Identificação do grupo pesquisado por sexo

Sexo	Incidência	%
Masculino	5	25
Feminino	15	75
Total	20	100

Justifica-se o quantitativo de mulheres mediante o ingresso dessas no mercado de trabalho como parceira na contribuição ou responsável direta pela manutenção da família. Ressalta-se que no tocante ao público feminino esse exerce, na maioria das vezes, atividades informais. A tabela 2 identifica a idade dos entrevistados

Tabela 2 – Faixa etária dos clientes do CrediAmigo

Idade	Incidência	%
20 anos	5	25

21 a 30 anos	6	30
30 a 40 anos	4	20
40 a 50 anos	5	25
Total	20	100

As respostas apresentadas apresentam um perfil jovem dos microempresários , sendo a faixa etária entre 21 e 50 anos já estão a um certo tempo no mercado exercendo atividades comerciais, agora buscando a ampliação do seu negócio mediante o investimento existente.

A tabela seguinte demonstra o ramo de atividades exercidas pelos entrevistados utilizando o dinheiro do CrediAmigo

Tabela 3 – Ramo de atividades exercidas pelos clientes

Atividades	Incidência	%
Doces e bolos caseiros	3	15
Confecção	12	60
Lanches	2	10
Vendas diversas	2	10
Lanchonete	1	5
Total	20	100

Pode-se afirmar pelo resultado obtido que a atividade mais desenvolvida pelos tomadores de crédito é o ramo das confecções exercido pelo público feminino, entretanto outras atividades são desenvolvidas demonstrando a diversidade existente.

Ressalta-se que atividades como artesanato, carrinhos de algodão doce e pipoca também são exercidas segundo informações de um agente de crédito. Também são realizados empréstimos mais vultosos para pequenos empresários formais, mas são empréstimos isolados.

Acerca dos motivos que levaram os entrevistados a empreender empréstimos, obteve-se os seguintes dados.

Tabela 4 – Motivos que levaram a procurar o CrediAmigo

Motivos	Incidência	%
Estava desempregado	7	35
Independência financeira	5	25
Ajudar a família	6	30
Melhorar o próprio negócio	2	20
Total	20	100

Os dados da Tabela 4 mostram os motivos pelos quais os entrevistados buscaram empréstimos. Essa identificação deixa claro que o desemprego é fator preponderante para investir em seu próprio negócio na busca da auto afirmação como cidadãos

Ao serem perguntados que benefícios o investimento trouxe para a sua vida, obteve-se as seguintes colocações

Tabela 5 – Benefícios conseguidos com o dinheiro tomado emprestado

Motivos	Incidência	%
Pagar dividas	8	40
Melhoria da residência	3	15
Melhoria na alimentação	5	25
Estudo dos filhos	4	20
Total	20	100

A tabela 5 demonstra que a grande preocupação dos entrevistados é organizar sua vida financeira seguido da qualidade da alimentação. Esses dois fatores representam para os entrevistados, mesmo os que não citaram grande valor

para a sua qualidade de vida.

A propaganda de um empreendimento é relevante para o sucesso do mesmo. Perguntou-se aos entrevistados como eles tomaram conhecimento das atividades do CrediAmigo e em comum acordo responderam que foi através de amigos que já tinham realizado o empréstimo e tinham conseguido melhorar e investir no negócio próprio.

Apesar de ser importante, o acesso ao Microcrédito é baixo tendo em vista a oferta que é pequena o que gera ineficiências impedindo que ocorra uma maior produtividade por parte da população.

Apesar do seu potencial, essa iniciativa é de natureza pública e não privada, originando assim a dificuldade de acesso aos que a procura. Segundo Barone, isso acontece porque “o público-alvo não apresenta condições educacionais, culturais e econômicas mínimas para a utilização do crédito (Barone et al., 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pessoas com baixo poder aquisitivo com acesso a créditos, poupança, seguros e outros serviços financeiros são mais resistentes e tem maior capacidade de enfrentar problemas cotidianos.

Estudos na área da economia demonstraram que a utilização de microcréditos podem melhorar o nível de consumo e reduzir de forma significativa a necessidade de vender os bens para satisfazer necessidades imediatas como alimentação, vestuário, moradia e medicamentos. Muitos empreendedores perdem a oportunidade de crescerem porque não tem acesso aos serviços financeiros adequados.

Esse nicho da população utiliza-se dos serviços financeiros não somente para investir em um negócio próprio, mas para promover sua auto sustentação, reduzindo assim sua vulnerabilidade frente às adversidades que constituem sua vida diária.

A presente pesquisa permitiu concluir que a utilização do microcrédito serve para que esse público planeje seu futuro, melhore sua qualidade de vida, aumentando assim sua autoestima, possibilitando-lhes enfrentar de forma mais adequada às desigualdades sociais. Dessa forma, a expansão das atividades de microcrédito passa a ser imprescindível.

Essa expansão se faz presente no comércio de confecções, alimentação, produtos naturais e peças íntimas. Tendo em vista que essas atividades podem fazer parte do mercado formal ou informal, o microcrédito apresentou-se a médio prazo para os pesquisados como uma ferramenta disponível para ajuda-los a melhorar financeiramente.

Assim, expandir a política econômica de microcrédito passa a ser uma necessidade urgente que os menos favorecidos economicamente tenham acesso a uma vida digna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Maria da Conceição F. **Microfinanças: uma ferramenta em desenvolvimento**. Demócrito Rocha: Fortaleza, 2002.
- BARONE, F.M.; LIMA, P.F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.
- BOCK, Ana Mercês Bahia (org). **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Moderna. 2006.
- [BRASIL: Microfinanças – O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_miolo_interne_t_5.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_miolo_interne_t_5.pdf). Acesso em 13 de junho de 2014.
- BRASIL. **Microcrédito**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/empreendedor/credito-e-investimento/microcredito>. Acesso em 12 de junho de 2014.
- CAMARGO, Maria do Carmo B. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.
- FARIA, Maria Vilma Coelho M. **Organizações sociais e a economia popular solidária**. Fortaleza; Fundação Demócrito Rocha, 2006.
- FROES César . **Responsabilidade social e cidadania empresarial : a administração do terceiro setor** . 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitimark, 2001. 190
- KUNH, Claudia Regina de Sousa; PEREIRA, Ana Lucia Bender **Treinamento como ferramenta de gestão de pessoas em uma microempresa**. Revista Destaques Acadêmicos, ano 1, n. 1, 2009 - CGO1
- MAGNOLI, Demétrio. **Globalização: estado nacional e espaço mundial**. São Paulo, 2002. (Coleção Polêmica)..
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). [Pesquisa social](#) : teoria, método e criatividade. 11.ed. São Paulo: Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, M. de. **A socioeconomia solidária e as praticas da vida humana: um diálogo em construção**. Fortaleza: Sec de Desenvolvimento Social, 2005
- REGO, Fernando Guadencio T. do. **Comunicação Empresarial, C0omunicação Institucional: conceitos, estratégias,sistemas, estrutura, planejamento e técnicas**. São Paulo: Summus, 1986.

RIBEIRO, Paulo Silvino **Diferentes tipos de desemprego**. Disponível em <http://www.brasilecola.com/sociologia/diferentes-tipos-desemprego.htm>. Acesso em 20 de julho de 2014.

SENNET, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Record, 2005

SILVA, R. V. M. **Disseminação de programas públicos de microcrédito**: o caso da região metropolitana de São Paulo. 2007. 186f. Tese (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.

SIMONSEN, M. H. **INFLAÇÃO**: Gradualismo X Tratamento de choque Editora Biblioteca da Universidade de Brasília, 1967.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças**: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. Brasília: BCB, 2007. 170 p.

SOARES, Sidney Chaves. Panorama do microcrédito no Brasil. Disponível em www.apec.unesc.net/.../PANORAMA%20DO%20MICROCRÉDITO%20...Acesso em 13 de maio de 2013

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

TERRA, Jose Claudio C. **Gestão de conhecimento**: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócios Ed. 2001.

APENDICE

APENDICE 1 - Modelo de questionário aplicado a tomadores de empréstimos do
CrediAmigo em Acopiara CE

1. Sexo
2. Faixa etária
3. Quais atividades são exercidas com o dinheiro tomado emprestado?
4. Quais motivos o levaram a solicitar empréstimo
5. Benefícios conseguidos com o dinheiro tomado emprestado